

+

O CINEMA EDUCATIVO EM PERNAMBUCO DURANTE A INTERVENÇÃO DE AGAMENON MAGALHÃES (1937-1945)

CLÁUDIO JORGE GOMES DE MORAIS*

A Revolução de 1930 nasceu sobre o berço da modernidade, muito embora tardia, e implicaria uma sociedade mais urbana em detrimento de um passado bucólico. No contexto de uma sociedade mais urbanizada, a cidade foi a musa de grandes acontecimentos e, concomitantemente, o palco dos movimentos sociais. No bojo dessas vicissitudes surgiram o partido comunista e o bloco operário e camponês como um dos fenômenos sociais, que virão a ter um papel importante no tocante ao contexto educacional, exigindo uma pedagogia contra os modelos tradicionais, liberais e fascistas¹ que predominaram durante o período que vai de 1930 a 1945, mesmo que, logo em seguida, esses partidos entrassem na ilegalidade, durante o Estado Novo. Dois anos após a Revolução de 1930, houve um movimento bastante significativo para a educação, o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, que acabou por se tornar um dos marcos no contexto da História da Educação brasileira.

Após uma intensa pressão dos vários setores da sociedade brasileira, em 1934 é confeccionada a Constituição, levando Getúlio Vargas à presidência da República, constitucionalmente, pelo menos até chegar o golpe de 1937 que lhe tornou um ditador. A Educação sofre, então, uma séria modificação durante o Estado Novo, principalmente quando traçamos um paralelo entre a carta de 1934, com a defesa do ensino gratuito e a Constituição de 1937, cujo incentivo por uma educação paga era evidente, bem como a desobrigação e o afastamento do governo em relação à educação, para privilegiar uma política de conformação social através de uma educação autoritária, forjada e reproduzida pelos meios de comunicação de massa.

O governo estadonovista passou a manipular a sociedade em sua política populista. O povo passou a ser uma das principais preocupações no projeto estadonovista e alvo de uma política baseada na conformação social. Com uma política social segundo as necessidades do governo, Vargas articulou, na mesma proporção, uma pedagógica dos meios de comunicação de massa, utilizando o cinema, a imprensa e o rádio na massificação da população e na instituição de um ideário estadonovista nacional.

* Mestre em Educação pela UFPE, Prof. da Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho.

¹ GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Pedagogia e luta de classes no Brasil, 1930-1937. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

De posse desses aparelhos² e de uma situação favorável, ou seja, com todas as formas de censura, através do Departamento de Imprensa e Propaganda e dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, Getúlio Vargas, concebeu a possibilidade de uma pedagogia onde o cinema seria um dos principais instrumentos na resolução dos problemas educacionais e na difusão de sua doutrina, levando o conhecimento e as informações, através das imagens, aos confins do território nacional brasileiro, com o propósito de apresentar o Brasil ao Brasil, sob a batuta do desenvolvimento com a transformação de uma sociedade rural em uma outra mais urbanizada.

O cinema deveria ser um dos principais meios responsáveis pela educação no país, em virtude do seu poder de educar pelo olhar, que trazia consigo os ingredientes da modernidade, dentro da bandeira da inovação tecnológica que tanto faltava ao regime estadonovista para a implementação do projeto modernizador do país, e a inserção definitiva e urgente em um cenário urbano, levando em conta a formação de novos cidadãos, travando uma relação de consumo característico de uma sociedade urbana, através de novos hábitos, costumes e comportamentos que poderiam ser possibilitados pelo *projeto pedagógico imagético estadonovista* ao oferecer novos modelos de comportamentos ao país.

Na função de interventor, Agamenon Magalhães, aplicou o modelo de educação a partir da cooptação do governo anterior ao golpe estadonovista, cujo Diretor Técnico de Educação, no Governo de Lima Cavalcanti, era Aníbal Bruno. Agamenon acreditava que a escola deveria ter um sentido social e humano na formação do indivíduo, além de buscar nas raízes do Brasil as suas tradições nacionalistas cristãs. O interventor se encarregou de trazer para Pernambuco a emoção do Estado Novo que, traduzido em projeto político, significou a tentativa de modernização do Estado com um amplo programa de educação, urbanização e administração pública. Da esfera desse programa consistia o que classificamos de projeto pedagógico imagético estadonovista, que havia sido discutido, amplamente, por Vargas e, paralelamente, estava sendo executado em âmbito estadual, tendo maior destaque no Estado de Pernambuco durante o período de 1937 a 1945.

Uma outra modificação foi a obrigatoriedade do ensino religioso, passando a ser uma disciplina do currículo dos cursos primários e secundários. Esse, que já havia sido banido desde a Constituição do final do século XIX, foi reintroduzido durante o Estado Novo. O fato de se buscar um apóio na religião não chega a ser uma inadequação ao contexto das idéias do período e, principalmente, em relação aos princípios que nortearam o regime estadonovista no Brasil. A linha que separou o fascismo europeu do misticismo religioso³ foi bastante tênue. Na instauração do Estado Novo o sistema educacional do período de Estácio Coimbra passou a ser duramente criticado pela reforma Carneiro Leão, que tinha como representantes a Congregação Mariana, a

² ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

³ REICH, W. Psicologia de massas do fascismo. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

União de Moços Católicos, a Liga Eleitoral Católica e a União Católica por Deus e pela Pátria, além do que foi dentre esses grupos que foi selecionada uma boa parte das pessoas que iriam auxiliar o interventor em exercício. O ensino rural também foi bastante enfatizado e ministrado tal como era oferecido nos centros urbanos, sem distinções. A extensão do ensino não se limitava, apenas, às áreas periféricas da cidade, como descreveu Cavalcanti (1986)⁴ ao demonstrar um sentido contrário à dimensão e à articulação que, cada vez mais, chegava ao interior, através das Missões Ruralistas Escolares:

Com a finalidade de promover uma aproximação construtivista entre a vida rural e a vida urbana, levando diretamente ao interior as inovações pedagógicas introduzidas nas escolas da capital, realizaram-se, desde 1931, por determinação da secretaria do interior “Missões Ruralistas Escolares”. (...) As Missões se realizarão em todos os municípios do Estado. De 1941 a 1943, já 12 municípios foram contemplados com esta realização e os resultados do empreendimento têm sido os mais fecundos e animadores⁵.

Começa a se desenhar o *projeto pedagógico imagético estadonovista* do então interventor Agamenon Magalhães. A propaganda agamenonista era do tipo doutrinário, sempre exaltando a importância da imprensa como uma espécie de órgão do Estado: “A imprensa e o rádio são hoje os poderosos motores da opinião”⁶. Além do mais, a forma das transmissões feitas por Agamenon eram incessantes e estrategicamente pensadas a partir de um determinado público, levando informações especificamente aos grupos que ele pretendia atingir com os seus sinais, emblemas e metáforas na produção de uma sociedade, cujo tamanho colidia com a sua vaidade.

Dulce Pandolfi analisa a habilidade que a propaganda agamenonista possuía em impor o medo e a sua autoridade a partir das imagens que eram fabricadas pelos seus discursos diários na imprensa ou na rádio:

Duas imagens eram utilizadas pela interventoria, quase que cotidianamente, para justificar as medidas repressivas adotadas e conseguir se legitimar diante dos diversos setores da sociedade: a do comunista perigoso e a do tubarão voraz⁷.

⁴ CAVALCANTI, Z. M. C. DEC: A Biografia de uma Instituição Cinquentenária. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.

⁵ Fundo Interventoria nº 65, 1944

⁶ Folha da Manhã, 25/11/38.

⁷ PANDOLFI, D. C. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e Crise de uma Elite Política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, 1984.

O secretário de educação da interventoria Nilo Pereira⁸ também apontava para Agamenon como um doutrinador. Mas, o objetivo de Agamenon não ficou, apenas, em propagar o medo através dos meios de comunicação de massa, pois, subjacente aos seus discursos estava uma verdadeira modernização da cidade, representada pela Liga Social Contra o Mocambo⁹, que também foi incutida através dos meios de comunicação de massa para obter o apoio necessário à sua execução. Na estratégia de convencimento, a idéia do novo foi defendida, a todo custo, o que se evidenciou com a transmissão feita pela Rádio Club de Pernambuco no ano de 1939:

O mocambo é a vergonha e é o recurso do homem dos dias primitivos da existência. É a treva e a imundície, a doença e a morte(...) o arranha-céu é a cidade bonita, airosa, que gosa a vida e disputa na criação o seu justo e merecido lugar. O mocambo é a cidade feia, despenteada, que focinha a lama, órfão de conforto e do direito de viver.¹⁰

A tessitura objetivada por Agamenon se alimentava da modernização do espaço, da vida, sobretudo, dos hábitos, dos olhares sobre a cidade, sempre despersuadindo o velho e o grotesco por uma cidade do conforto, nem que para isso a população tivesse que assumir todo o ônus desse empreendimento, uma vez que a própria Liga Social Contra o Mocambo era de cunho particular, recebendo auxílio do governo. Nessa organização para modernização da cidade e, por conseguinte, do Estado de Pernambuco, Agamenon contou não apenas com a imprensa e o rádio na divulgação do seu programa de governo, mas organizou um departamento cinematográfico com a produção de filmes propagandísticos e educativos:

Com a criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, de que há muito precisa o grande Estado de Pernambuco, sei que se criou também, a divisão de cinema, órgão indispensável à propaganda moderna. E é esse o motivo que me leva a dirigir-lhe esta carta. Sou cinematografista com uma longa prática, de muitos anos, da arte e da indústria do cinema. Já dirigi, mesmo, uma grande empresa, em São Paulo, vindo depois para o Rio, onde estou, atualmente, como técnico de duas empresas – “Aviação Filmes” e “Filoteca Cultural Ltda”. A divisão de cinema do **DEIP** de Pernambuco precisará, fatalmente, de um cinematografista prático, cujos conhecimentos

⁸ PEREIRA, N. Agamenon Magalhães. Evocação. Uma Evocação Pessoal. Recife: Taperoá, 1972.

⁹ GOMINHO, Z. de O. Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998.

¹⁰ Folha da Manhã, 19/VII/39

facilitem a organização desse departamento. Assim, venho oferecer a V. S. os meus serviços¹¹.

A correspondência evidencia a instauração de uma divisão de cinema em Pernambuco, conferindo a sua importância como o segundo meio de propaganda, sendo a imprensa a mais consultada. Um outro aspecto a contribuir com o projeto pedagógico imagético estadonovista é o fato de que esse Estado nordestino estava cercado pelos cinemas, não só na capital como no interior, invadindo o cotidiano pernambucano, modificando hábitos, comportamentos e reinventando novos valores à sociedade. No Estado havia, em média, 37 cinemas, entre eles:

(...) Ideal e Paroquial, em Altinho; o Globo, em Belo Jardim; Bom Jardim, em Bom Jardim; Maciel Monteiro, em Bonito; Mercês, em Cabo; Soc. M. 8 de Dezembro, em Cabrobó; Circulo Católico, em Caruaru; Moderno, em Igarassu; Floriano, em Jaboatão; Duarte Coelho, em Olinda; Leopoldo Fróes, em Pau d'Alho; Boa Vista, Cinema da Força Policial do Estado, em Recife (...) ¹².

Todos esses cinemas deveriam notificar suas atividades ao **DIP**, que controlava, diariamente, essas atividades, preservando, de ações clandestinas, a ordem do estado estabelecida pelo governo Vargas, pois, o perigo de comprometê-la era bastante evidente. Por isso e para isso, havia o controle constante dos filmes, através da censura. Mesmo assim, o cinema possuía uma força incrível, até porquê era a principal diversão do povo e possuía um preço bastante módico.

O Recife possuiu um respaldo significativo na produção cinematográfica¹³ até o início da década de 30, quando, além de a produção haver entrado em declínio, a pequena quantidade de filmes documentários do governo de Agamenon foi queimada em um incêndio do prédio da Meridional, uma produtora de filmes.

Mas, foi durante o período de entressafra do cinema recifense que viemos a conhecer uma das maiores atividades cinematográficas voltadas para a educação, ou seja, a instituição do cinema educativo – promovido pelo INCE – sendo ele, na Interventoria de Agamenon Magalhães, aplicado em seu programa de educação, o qual encontrava respaldo na própria convicção de Getúlio Vargas de tentar integrar o Brasil a partir das imagens. Agamenon, no entanto, tentou, com ele, criar uma ponte entre a cidade e o campo, através das Missões Ruralistas. A realização pedagógica da proposta estadonovista se evidenciava nas seguintes iniciativas:

¹¹ Fundo interventoria nº 06, 1943.

¹² Fundo de Interventoria nº 11, 1943.

¹³ FIGUEIRÔA, A. O Cinema Super 8 em Pernambuco: do lazer doméstico à resistência cultural. Recife: FUNDARP, 1994.

(...) fundação de jornais escolares, 19; de clubes agrícolas escolares, 22; de bibliotecas escolares, 8; de museus escolares, 12; **sessões de cinema educativo, 52**; reuniões com professorado, 36; aulas práticas agrícolas de pré-orientação 38; excursões realizadas, 24 (...) ¹⁴

A primeira Missão ruralista escolar foi feita no dia 19 de Abril de 1941, em Palmares, e tinha como principal objetivo comemorar a data natalícia do presidente Getúlio Vargas. A partir dela seguiram-se mais 11 outras Missões para o interior, na tentativa de integrar o Estado de Pernambuco, levando, ao mesmo tempo, a educação aos confins dos interiores. O Estado Novo, a partir da proposta de Getúlio Vargas, compreendia que o cinema poderia ser um forte meio educativo (SIMIS, 1996)¹⁵.

O **DEIP**, por sua vez, durante o ano de 1943, chegou a distribuir uma grande quantidade de filmes técnicos e de propaganda¹⁶, confeccionados pelo Ministério da Agricultura, que tinham como principal objetivo a demonstração do desenvolvimento dos serviços do próprio Ministério, bem como, inúmeros aspectos da vida pernambucana¹⁷.

A articulação de um *projeto pedagógico imagético estadonovista* tornou-se decisivo em determinado momento do golpe, mascarada pela proibição das atividades do Congresso e, também, dos Legislativos estaduais, eliminando partidos políticos. Para erigir uma legitimidade, o governo teria que, antes de tudo, criar um mecanismo que pudesse, de forma imediata, persuadir o povo com o novo programa de governo, uma vez que as instituições, como a Escola, a Igreja, a família, não conseguiriam, em um espaço de tempo curto, efetivar o plano do governo estadonovista. Essas instituições, na própria situação do golpe, foram relegadas ao segundo plano na efetivação da ideologia do governo, em um processo de longa duração. Caberia, pois, ao Estado Novo a utilização dos meios de comunicação de massas, como o meio possível de “educar” a população.

No tocante aos filmes, o Departamento de Imprensa e Propaganda de Pernambuco tinha o propósito de tornar a população cada vez mais inerte ao que ocorria durante o período do Estado Novo. Para isso, era muito comum realizar a censura de um dos principais meios educativos do período, o cinema. O **DEIP**, em uma das correspondências enviadas pela Paramount Films, demonstrou a ideologia que deveria ser implantada e sustentada durante o Estado Novo:

Atendendo ao entendimento verbal de ontem, tido por V.S. com nosso gerente anexamos à presente duas sinopses dos filmes” *A Vida Começa aos 14 e Cachorro Viralata*”, filmes que poderão ser fornecidos pela Paramount

¹⁴ Fundo de Interventoria nº 65, 1941.

¹⁵ SIMIS, A. Estado e Cinema no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 1996.

¹⁶ GARCIA, N. J. O que é Propaganda Ideológica. 11ª edição. São Paulo.

¹⁷ Fundo Interventoria nº 16, 1944

para a seção cinematográfica comemorativa da passagem do 6º aniversário do Estado Nacional, a ser promovido no cine Art-Palácio desta capital, pelo Deip sob os auspícios de V.S. (...) Os filmes em referência são os mais adequados a um programa dedicado à crença, que podemos conseguir de conformidade com a solicitação feita por V.S. (...) Além de um dos filmes acima, a Paramount fornecerá mais um ou dois desenhos do marinheiro POPEYE, a fim de mais abrilhantar o referido programa (...) ¹⁸.

O trabalhador não poderia ter contato com o movimento comunista, proveniente do leste europeu e do próprio complexo urbano que o país começara a esboçar, demonstrando algumas fragilidades do regime estadonovista, e, para isso, a censura foi indispensável no doutrinamento da população, com bases em uma educação autoritária, além de uma política modernizante e conservadora, com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa como instrumento de Estado. Os meios de comunicação de massa, na medida em que eram utilizados, conferiam a própria sobrevivência do regime. Reproduzir-se é condição para existência.

Referências bibliográficas

- ALEGRE, Maria Silva Porto. Reflexões sobre Iconografia Etnográfica: Por uma Hermenêutica Visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira. Desafio da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. Trabalho, cultura, educação: Escola Nova e Cinema Educativo nos anos 1920/1930. Proj. História. São Paulo, (10), dez., 1993. P147-165.
- CARONE, Edgar. A Terceira República (1937-1945), 2ª edição. São Paulo. DIFEL, 1982. IN Coleção “Corpo e Alma do Brasil”
- LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa, 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e Lutas. Recife. Editora Raiz/ FUNDARPE, 1985.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. 1ª reimpressão. São Paulo: EPU/MEC, 1976.
- ROMANELLI, Otaíza O. História da educação no Brasil. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹⁸Fundo Interventoria nº 06, 1943.